



## **OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

*Carolina Rodrigues Fontes*

Dissertação de Mestrado em Direito, na Área de  
Especialização de Direito Privado, elaborada  
sob a orientação do Exmo. Sr. Professor Doutor  
Júlio Vieira Gomes.

Faculdade de Direito | Porto

2019

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

**EPIGRAFE**

*Todas as vitórias ocultam uma abdicação.*

*- Simone de Beauvoir*

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

**AGRADECIMENTOS**

*Ao Sr. Professor Doutor Júlio Gomes, por me ter concedido a honra de ser meu orientador, pela disponibilidade, conselhos e ensinamentos transmitidos durante a sua elaboração.*

*À memória do meu querido avô, por ter sempre acreditado em mim.*

*Aos meus verdadeiros amigos, pela força, carinho e compreensão.*

*Por último, dirijo **um agradecimento especial aos meus pais**, por serem modelos de coragem, pelo seu amor e apoio incondicional e auxílio na superação dos obstáculos que, ao longo deste processo evolutivo, foram surgindo, a quem estarei eternamente grata. A eles, dedico este trabalho!*

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

**RESUMO**

O objetivo da presente dissertação prende-se com a análise ao regime jurídico relativo aos deveres pré-contratuais do tomador do seguro e do segurado no âmbito do contrato de seguro, atualmente previsto no Decreto-lei n.º 72/2008, de 16 de abril, que aprovou o Regime Jurídico do Contrato de Seguro, entrando este em vigor no nosso Ordenamento Jurídico no dia 1 de janeiro de 2009.

Este novo regime jurídico veio solidificar as normas vigentes respeitantes ao contrato de seguro, introduzindo modificações e clarificou determinadas dúvidas existentes relativamente às soluções anteriormente previstas.

Com o presente estudo pretendemos apurar quais as modificações introduzidas por este diploma no que respeita, desde logo, à declaração inicial do risco, ao dever de informação pré-contratual que recai sobre o tomador do seguro ou segurado, face ao regime anteriormente previsto e estatuído no artigo 429.º do Código Comercial.

Ao longo da presente dissertação são ainda analisadas as questões que têm vindo a ser suscitadas naquilo a que se refere ao cumprimento e à violação dos deveres pré-contratuais de informação a cargo tomador do seguro ou segurado consagrados Regime Jurídico do Contrato de Seguro.

Palavras-chave: Contrato de Seguro; Tomador do Seguro; Segurado.

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

**ABSTRACT**

The purpose of this dissertation is to analyze the legal regime regarding the pre-contractual duties of the policyholder and the insured under the insurance contract, currently provided for in *Decreto-Lei* No. 72/2008, dated April 16, which approved the Legal Regime of the Insurance Contract, entered into force in our Legal Order on January 1, 2009.

This new legal regime strengthened the existing rules concerning the insurance contract, introducing modifications and clarifying certain existing doubts regarding the solutions previously established.

The present study is intended to investigate the changes introduced by this law regarding the initial declaration of risk, the duty of pre-contractual information that falls on the policyholder or insured, in relation to the regime previously established in Article 429 of the Commercial Code.

Throughout the present dissertation, the issues which have been raised concerning the compliance and the breach of the policyholder's or insured's pre-contractual duties of information established by the Legal Framework of the Insurance Contract are also analyzed.

Keys words: Insurance Contract; policyholder; insured;

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

**ÍNDICE**

<b>ADVERTÊNCIAS.....</b>	<b>1</b>
<b>ABREVIATURAS.....</b>	<b>2</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO I – DA FASE PRÉ-CONTRATUAL NO CONTRATO DE SEGURO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO II – DA FASE PRÉ-CONTRATUAL NO CONTRATO DE SEGURO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO III - DO REGIME JURÍDICO DO DEVER DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO SEGURO OU SEGURADO CONSAGRADO NA LCS.....</b>	<b>12</b>
1. DA DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO.....	12
1.1 DA APRECIAÇÃO DO RISCO .....	14
1.2 DA NECESSIDADE DA DEMILITAÇÃO DO DEVER.....	17
1.3 DOS LIMITES À APLICAÇÃO DO DEVER.....	18
<b>CAPÍTULO IV - DO INCUMPRIMENTO DOS DEVERES INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL .....</b>	<b>20</b>
1. DO INCUMPRIMENTO DOLOSO PREVISTO NO ARTIGO 25.º DA LCS .....	21
2. DO INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE PREVISTO NO ARTIGO 25.º DA LCS .....	25
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>28</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>29</b>
OBRAS.....	30
JURISPRUDÊNCIA .....	33

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

**ADVERTÊNCIAS**

Nas notas de rodapé as obras são referidas com todos os seus elementos indicativos apenas na primeira citação.



---

## **ABREVIATURAS**

Ac.	Acórdão
al.	Alínea
art.	Artigo
CC.	Código Civil
Cfr.	Confronte (-se), confrontar
DL.	Decreto Lei
LCS	Lei do Contrato de Seguro (Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril <sup>1</sup> )
n.º	Número
n.ºs	Números
NRJCS	Novo Regime Jurídico do Contrato de Seguro
Ob. cit.	Obra citada
p.	Página
pp.	Páginas
Proc.	Processo
RJCS	Regime Jurídico do Contrato de Seguro
ss.	Seguintes
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
TRE	Tribunal da Relação de Évora
TRG	Tribunal da Relação de Guimarães

---

<sup>1</sup> com as alterações mais recentes introduzidas pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
TRP	Tribunal da Relação do Porto
Vol.	Volume

---

## **INTRODUÇÃO**

A atividade humana pressupõe riscos que nos atemorizam, quer enquanto indivíduos, quer coletivamente.

Ao longo da História da Humanidade foram várias as tentativas de afastar o risco, no entanto, com a impossibilidade de definir a certeza dos acontecimentos, procurou-se furtar às situações de risco, minorando as suas consequências, através do seguro.

O seguro marítimo, no final do século XIII, princípio do século XIV, assumiu um papel fundamental na evolução histórica dos seguros<sup>2</sup>, surgindo assim o contrato de seguro.

A partir século XIX que a atividade seguradora desenvolveu extraordinariamente, constando do Código Comercial Português de 1888, nos artigos 425.º e seguintes, a primeira sistematização do regime jurídico da atividade seguradora em Portugal<sup>3</sup>.

O Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, veio introduzir o novo regime jurídico do contrato de seguro, procedendo-se a uma consolidação do direito do contrato de seguro vigente, tornando mais acessível o conhecimento do respetivo regime jurídico, esclarecendo dúvidas suscitadas, regulando casos omissos na atual legislação e introduzindo soluções inovadoras.

A reforma do regime do contrato de seguro vem também atender à tutela do tomador do seguro e do segurado, como parte contratual mais débil. Ora, fruto da necessidade de uma maior proteção do tomador do seguro ou segurado, como a parte contratual mais débil, impunha-se a reforma do contrato de seguro desde o

---

<sup>2</sup> O seguro marítimo é aquele que, de todas as espécies de seguros, tem maior antiguidade, na medida em que ele é conhecido desde os tempos pré-históricos em que começavam as trocas comerciais. – cfr. PEDRO MARTINEZ, O Seguro De Transportes Marítimos e Terrestres, Separata do Livro, Teoria e Prática dos Seguros, 2.ª edição, Bertrand, Lisboa, 1964, p. 1.

<sup>3</sup> PEDRO ROMANO MARTINEZ, Direito dos Seguros Apontamentos, 1.ª edição, Principia, Cascais, 2006, pp. 28 a 31.

anterior regime, regulado no Código Comercial, dado que a legislação que regulava esta matéria já se encontrava obsoleta.

Com o surgimento da Lei do Contrato de Seguro, doravante, LCS, o legislador teve em conta diversas problemáticas suscitadas pela jurisprudência e pela doutrina em torno do regime relativo aos deveres pré-contratuais a cargo do segurador e do tomador do seguro ou segurado.

Até porque, o contrato de seguro reveste especificidades que o distinguem dos contratos em geral, desde logo porque contém cláusulas contratuais gerais destinadas a serem aceites pelo tomador do seguro ou segurado sem a sua prévia negociação e são celebrados com a parte contratual mais forte, um profissional especializado na área do mercado de seguros – o segurador.

No entanto, embora o segurador seja visto como a parte contratual mais forte, é na posse do tomador do seguro ou segurado que se encontram as informações relevantes e que este conhecerá melhor. Informações estas que o segurador necessita para apreciação do risco que irá cobrir na celebração do contrato.

Por isso, tanto o segurador como o tomador do seguro ou segurado necessitam de proteção. Daí a preocupação do legislador ao consagrar os deveres pré-contratuais de informação a cargo de ambas as partes, nos artigos 18.º a 23.º e 24.º a 26.º da Lei do Contrato de Seguro.

Assim, começamos o presente ensaio com uma breve referência à noção e função do contrato de seguro, bem como os seus elementos essenciais. De seguida, dedicamo-nos ao estudo da fase pré-contratual propriamente dita dos contratos em geral, aplicável, como veremos, também ao contrato de seguro, embora com especificidades distintas no que aos deveres pré-contratuais de informação diz respeito, por estes estarem especialmente previstos da Lei do Contrato de Seguro.

Logo após, e pela pertinência da questão, abordaremos os problemas suscitados a propósito dos deveres pré-contratuais de informação no contrato de seguro a cargo do tomador do seguro ou segurado, na medida em estes deveres constituem maior importância na fase pré-contratual do contrato de seguro.

Por último, e após a análise do alcance do dever pré-contratual que recai sobre o tomador do seguro ou segurado no decurso das negociações tendentes

## **OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

à celebração do contrato de seguro, teceremos algumas considerações acerca das consequências da violação de tais deveres, distinguindo os regimes do dolo e da negligência.

Posto isto, a presente dissertação tem como finalidade perceber, essencialmente, o impacto das intenções do legislador na tentativa de, por um lado, equilibrar os interesses do segurador e do tomador do seguro ou do segurado, e, por outro, de proteger o tomador do seguro ou segurado ou, se, ao invés, foram criadas ainda mais incertezas e divergências no que diz respeito à interpretação e aplicação de das normas aqui aplicáveis.

---

## **CAPÍTULO I – DA FASE PRÉ-CONTRATUAL NO CONTRATO DE SEGURO**

Começamos por reforçar a ideia de que o contrato de seguro<sup>4</sup><sup>5</sup> apresenta especificidades relativamente à sua formação, que o distinguem, nesse âmbito, dos outros contratos em geral.

Pelo que, não poderíamos deixar de fazer uma abordagem a esta fase prévia à celebração do contrato, a dita *fase pré-contratual*. Até porque é nesta que o potencial tomador do seguro forma a sua vontade relativamente à celebração do contrato de seguro.

Além de que, é também nesta fase que surgem os deveres pré-contratuais, sendo os de informação os mais relevantes para o tema aqui trazido.

Na generalidade dos contratos, existem duas fases que antecedem a celebração do contrato, a chamada fase negociatória<sup>6</sup>, durante a qual ocorrem negociações entre as partes com vista à futura concretização da proposta contratual, e a fase decisória, que se situa entre a emissão da proposta contratual e a conclusão do contrato através da aceitação dessa proposta e que se traduz na conclusão, efetiva

---

<sup>4</sup> “O nosso ordenamento jurídico não reconhece uma noção de contrato de seguro, todavia, a doutrina tem-no definido como “o contrato pelo qual a seguradora, mediante retribuição pelo tomador do seguro, se obriga, a favor do segurado ou de terceiro, à indemnização de prejuízos resultantes, ou ao pagamento de valor pré-definido, no caso de se realizar um determinado evento futuro e incerto” – cfr. Ac. do STJ de 08.11.2018, Proc. n.º 399/14.1TVLSB.L1.S1 (Relator: OLIVEIRA ABREU), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt);

<sup>5</sup> A maioria da doutrina e a jurisprudência, define ainda o contrato de seguro como um contrato sinalagmático, aleatório, oneroso, de execução continuada e, via de regra, de adesão. “(...) o contrato de seguro é um contrato bilateral ou sinalagmático na medida em que dele resultam obrigações para ambas as partes, visto a prestação da seguradora consistir na suportação do risco, por contrapartida do recebimento do prêmio; é oneroso pois dele resulta para ambas as partes uma atribuição patrimonial e um correspondente sacrifício patrimonial; e é aleatório, na medida em que a prestação da seguradora fica dependente de um evento futuro e incerto.” – cfr. Ac. do TRP de 27.01.2015, Proc. n.º 184/12.5TBVFR.P1 (Relator: MARIA AMÁLIA SANTOS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

<sup>6</sup> Na fase negociatória estão compreendidos “todos os atos, isolados ou encadeados, que antecedem o termo final do processo formativo, tais como convites a contratar, propostas e contrapropostas (umas e outras, desde que não aceites) e uma multiplicidade de outros autos de comunicação integrados na formação (com ou sem sucesso) de contratos através de diálogo oral ou declarações contratuais conjuntas”, para além de “atos omissivos (de informação, de prosseguimento de negociações ou de conclusão do contrato) que, no quadro da boa fé, desempenham papel de especial relevo”. – cfr. CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, Contratos, vol. I, 4.ª ed., Almedina, Coimbra, 2008, p. 204.

---

ou potencial, do acordo com base na emissão de declarações, simultâneas e sucessivas<sup>7</sup>.

Como se tem vindo a referir, o contrato de seguro apresenta diferenças que o distinguem dos contratos em geral na fase pré-contratual, apresentando um aspeto substancial ou socioeconómico e um aspeto formal ou estritamente jurídico.<sup>8</sup>

Na perspetiva socioeconómica, o segurador possui a iniciativa negocial, seja de forma direta, seja através das suas ligações comerciais, pelo que diligencia no sentido de aliciar o potencial tomador do seguro para a aceitação de um contrato, apresentando-lhe um negócio. É aqui que surgem os deveres pré-contratuais de informação por parte da entidade seguradora, uma vez que a formação da vontade contratual por parte do potencial tomador do seguro fica concluída com a apresentação da sua proposta formal, algo que surge após o cumprimento dos referidos deveres pré-contratuais a cargo do segurador.<sup>9</sup>

Já na perspetiva formal, o potencial tomador do seguro, assume, formalmente, o papel de proponente, apresentado ao segurador uma declaração negocial que se materializa através do preenchimento e da subscrição de formulário anteriormente disponibilizado pelo segurador, onde o potencial tomador de seguro menciona o risco que quer que fique coberto pelo seguro e estabelece determinadas condições contratuais que pretenda, pelo que a aceitação e consequente conclusão do contrato estarão a cargo do segurador.<sup>10</sup>

Sem prejuízo, o contrato de seguro dispõe de mais especificidades no âmbito pré-contratual, na medida em que este contempla cláusulas contratuais gerais, desde logo pré-redigidas pelo segurador e que não são alvo de negociação individual entre as partes. No entanto, e embora o processo de contratação normal do contrato de seguro afaste a possibilidade de negociar o conteúdo das cláusulas contratuais, “difícilmente se poderá negar a existência e a relevância da fase negocial

---

<sup>7</sup> JOANA GALVÃO TELES, Deveres de informação das partes, *in* Temas de Direito dos Seguros: a propósito da nova lei do contrato de seguro, Almedina, 2012, p. 330.

<sup>8</sup> LUÍS POÇAS, O Dever de Declaração Inicial do Risco no Contrato de Seguro, Almedina, Coimbra, 2013, p. 47.

<sup>9</sup> LUÍS POÇAS, “O Dever de Declaração Inicial do Risco...”, *ob. cit.*, p. 47.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

## OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL

Carolina Rodrigues Fontes

---

preliminar”, na medida em que “nesta, o potencial tomador do seguro poderá escolher, entre as modalidades de seguro disponibilizadas por pelo segurador, qual a que se adequa mais à situação concreta por si visada”<sup>11</sup>.

No entanto, o segurador está obrigado a determinados deveres pré contratuais de informação durante a fase inicial. Desde logo para que o potencial tomador do seguro forme a sua vontade negocial partindo das informações fornecidas pelo segurador, concretizando uma proposta contratual ao segurador, informando-o quanto ao risco que pretende que seja coberto pelo seguro, como já aqui se referiu. Assim, o potencial tomador do seguro forma a sua vontade negocial, podendo aceitar a proposta tal como ela se encontra ou realizar alterações, havendo, nesta última hipótese, uma contraproposta por parte deste, cabendo ao potencial tomar do seguro aceitá-la ou recusá-la.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Cfr. LUIS POÇAS, “O Dever de Declaração Inicial do Risco...”, ob. cit., p. 47.

<sup>12</sup> *Ibidem*.



---

## CAPÍTULO II - DOS DEVERES DE INFORMAÇÃO NA FASE PRÉ- CONTRATUAL

Os deveres pré-contratuais de informação visam permitir que as partes decidam como e em que condições pretendem contratar, livremente e de forma consciente, pelo que, e nos termos dos artigos 405.º do Código Civil e 11.º da LCS, constituem um pressuposto do princípio da liberdade contratual<sup>13</sup>.

Como já se disse em momento próprio, aquando do nascimento do contrato de seguro, já existia a ideia de proteção da parte contratual mais débil. Considerava-se que o tomador do seguro, por norma, um especialista que tomava a posição de contraente mais forte, enquanto que o segurador era visto como um empresário individual que segurava maioritariamente naus, em matéria de seguros marítimos, tendo, por isso, a posição de contraente mais fraco<sup>14</sup>. Estávamos perante uma posição privilegiada por parte do tomador de seguro, profissional conhecedor da informação relevante para celebrar o contrato de seguro, devendo declará-la ao segurador da forma mais completa<sup>15</sup>.

Ora, assim, o dever de informação nasceu com o desígnio de proteger o segurador, como parte mais débil da relação contratual, surgindo como tentativa de atenuar as assimetrias de informação existentes entre as partes.

---

<sup>13</sup> A relação jurídica pré-contratual tem como conteúdo as vinculações interpessoais decorrentes do dever de boa fé. A boa fé exigida às partes na fase das negociações é a boa fé objetiva, a boa fé como regra de conduta. Como critério de comportamento das partes na fase da negociação, a boa fé traduz-se no dever de atuação honesta, leal e transparente. As partes em negociação devem comportar-se honestamente, - *honestae agere* - e procurar evitar causar danos ao seu parceiro negocial - *alterum non laedere* – cfr. Ac. do TRE de 26.03.2015, Proc. n.º 6289/06.4TBSTB.E2 (Relator: ANTÓNIO RIBEIRO CARDOSO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>14</sup> ARNALDO PINHEIRO TORRES, Ensaio sobre o Contrato de Seguro, Tipografia Sequeira, Porto, 1939, p. 125.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

---

Antes da entrada em vigência do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de Abril, o dever pré-contratual de informação do tomador do seguro ou segurado encontrava-se previsto no artigo 429.º do Código Comercial<sup>16</sup>, no qual recaía sobre o tomador do seguro o dever de informação com um carácter rígido, atenta a assimetria na informação de carácter essencialmente pessoal à qual o segurador não tem fácil acesso, apresentando-se um regime favorável para as entidades seguradoras<sup>17</sup>.

No entanto, conforme veremos melhor em diante, este entendimento foi ganhando diversos contornos, não podendo, hoje, afirmar-se que o tomador do seguro ou segurado seja a parte mais forte no contrato de seguro. Até porque, na verdade, hoje o segurador dispõe de diversos mecanismos para aceder e filtrar informação de que necessita para uma completa apreciação do risco, com vista à celebração de um contrato de seguro.

A Lei do Contrato de Seguro veio firmar o regime geral de deveres pré-contratuais de informação no âmbito do contrato de seguro, por um lado, a observar pelo segurador perante o tomador do seguro ou segurado, previsto nos artigos 18.º a 23.º da LCS, e, por outro, pelo tomador do seguro ou segurado perante o segurador, conforme os artigos 24.º a 26.º da LCS.

Portanto, com a consagração de deveres pré-contratuais de informação, conclui-se que o legislador teve em conta as particularidades que constituem o contrato de seguro e que necessariamente o distinguem dos contratos em geral.

---

<sup>16</sup> “Toda a declaração inexata, assim como toda a reticência de factos ou circunstâncias conhecidas pelo segurado ou por quem fez o seguro, e que teriam podido influir sobre a existência ou condições do contrato tomam o seguro nulo” e “Se da parte de quem fez as declarações tiver havido má fé o segurador terá direito ao prémio.”

<sup>17</sup> JÚLIO GOMES, O dever de informação do tomador do seguro na fase pré-contratual, II Congresso Nacional de Direito dos Seguros, Memórias, Coord. de António Moreira e M. Costa Martins, Almedina, Coimbra, 2001, p. 75.

---

## **CAPÍTULO III - DO REGIME JURÍDICO DO DEVER DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO SEGURO OU SEGURADO CONSAGRADO NA LCS**

### **1. DA DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO**

Resulta do artigo 24.º da LCS o dever pré-contratual de declaração inicial do risco a que o tomador do seguro ou segurado está obrigado, encontrando-se previstas as consequências do incumprimento doloso e negligente deste dever nos seus artigos 25.º e 26.º, respetivamente.

Os artigos 24.º a 26.º da LCS regulam o regime de deveres de informação pré-contratuais a cargo do tomador de seguro ou do segurado, por estes se encontrarem na posição mais favorável para identificar os factos que conheçam e que possam ser relevantes para a análise do risco que aquele pretende que o segurador cubra<sup>18</sup>.

Na verdade, é para cobertura de um determinado risco que as partes – segurador e tomador de seguro – contratam, fixando-se um prémio que terá de ser calculado em função daquele, de modo a permitir que o segurador, caso o mesmo se verifique, tenha possibilidade de suportar a cobertura acordada.

Isto dito, leva-nos à conclusão que o risco se revela um elemento essencial do contrato, ou seja, sem risco, não há contrato de seguro.

Assim, “por declaração de risco entende-se o conjunto de informações que devem ser unilateralmente prestadas pelo tomador do seguro ou pelo segurado na proposta de seguro, as quais visam permitir que o último, mediante o cálculo exato do risco e do correspondente valor do prémio e a apreciação das restantes cláusulas contratuais, decida aceitar ou recusar tal proposta”<sup>19</sup>.

Pelo que, a declaração de risco consiste num “dever pré-contratual, por surgir na formação do contrato de seguro, ou seja, antes da celebração do contrato,

---

<sup>18</sup> JÚLIO GOMES, “O dever de informação do tomador de seguro na fase pré-contratual”, ob. cit., p. 76.

<sup>19</sup> Ac. do TRC de 03.03.2015, Proc. n.º 15/13.9TBSBG.C1 (Relator: HENRIQUE ANTUNES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

---

funcionalmente ordenado para a sua celebração ou para a modelação do seu conteúdo”.<sup>20</sup>

Tal dever encontrava-se estatuído no artigo 429.º do Código Comercial, que previa a consequência da nulidade nos casos em que existissem declarações inexatas ou reticentes de factos do conhecimento do tomador do seguro ou segurado que tivessem conseguido manipular o contrato de seguro, não revelando a existência de boa ou má fé por parte do tomador de seguro. Note-se que o regime anteriormente vigente não impunha um nexo de causalidade entre o facto que determinou o sinistro e o facto omitido ou inexatamente declarado.

Tal regime releva-se distinto do regime comum dos vícios da vontade e marcadamente favorável ao segurador, tendo em conta o contexto histórico em que foi criado, no âmbito do qual o segurador era a parte mais fraca na fase de formação do contrato, já que se encontrava completamente dependente das informações que lhe eram fornecidas pelo tomador do seguro ou segurado<sup>21</sup>.

Este regime traduziu-se num claro favorecimento do segurador, acabando por desproteger o tomador do seguro ou segurado, na medida em que o segurado seria um terceiro que não intervinha na formação e celebração do contrato, mas sobre ele impendia o dever de declaração inicial do risco, cujo incumprimento determinava na invalidade do contrato, deixando de ver o seu risco coberto<sup>22</sup>.

Em sede de matéria respeitante à declaração inicial do risco, com a LCS o legislador procurou evitar as dúvidas existentes a propósito do antigo regime previsto no artigo 429.º do Código Comercial, mantendo a regra da preponderância do dever de declaração do tomador de seguro sobre o ónus de questionação do segurador, introduzindo exigências a este, mormente quanto ao dever de

---

<sup>20</sup> JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, ANTUNES, O Contrato de Seguro na LCS de 2008, Revista da Ordem dos Advogados, ano 1969, 2009, p.832.

<sup>21</sup> JÚLIO GOMES, O dever de informação do (candidato a) tomador do seguro na fase pré-contratual, à luz do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, *in* Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida, vol. II, Almedina, Coimbra, 2011, p. 387.

<sup>22</sup> JOANA GALVÃO TELES, “Deveres de Informação...”, *ob cit.*, p. 367, Ac. TRC de 03.03.2015, Processo n.º 15/13.9TBSBG.C1 (Relator: HENRIQUE ANTUNES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

---

informação ao tomador do seguro sobre o regime relativo ao incumprimento do dever de declaração inicial do risco e distinguindo-se comportamento negligente de doloso do tomador do seguro ou segurado bem como as respectivas consequências na validade do contrato.

A necessidade da consagração deste dever a cargo do tomador do seguro ou segurado prende-se com a noção de que é o tomador do seguro que se encontra na melhor posição para informar do risco que pretende ser acautelado, na medida em que só ele terá acesso às informações relevantes para o cálculo do risco, informações essas que o tomador do seguro ou segurado terá de transmitir com rigor e clareza, de forma a que o segurador tenha acesso aos termos e condições em que irá contratar.

Daí que se entenda que o tomador do seguro ou segurado se encontra numa posição mais favorável, embora não se possa considerar necessariamente que o segurador seja uma parte contratual mais fraca, na medida em que este possui vários mecanismos de acesso à informação necessária para avaliação do risco a ser coberto<sup>23</sup>.

### 1.1 DA APRECIACÃO DO RISCO

Outra não poderia ser a preocupação do legislador com a consagração deste dever quando a lei exige que as circunstâncias que o tomador do seguro está obrigado a declarar tenham influência na apreciação do risco por parte do segurador.

Sem prejuízo, não se exige ao tomador do seguro que investigue e analise a informação antes de poder contratar, sob pena de ser demasiado oneroso para este, não sendo permitido qualquer erro.

Por outro lado, o legislador impôs ao segurador o dever de esclarecer o tomador do seguro ou segurado quanto ao seu dever de informação e, bem assim, quanto às

---

<sup>23</sup> JÚLIO GOMES, “O dever de informação do tomador de seguro na fase pré-contratual...”, ob. cit., p. 76.

---

consequências de tal incumprimento. Só assim é possível que o tomador tome consciência do conteúdo do contrato que pretende celebrar e do cumprimento das informações a que está obrigado a prestar ao segurador.

Vejamos, para os efeitos do número 1 do artigo 24.º da LCS, “o tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador”, isto é, circunstâncias que o homem médio consideraria como relevantes para a apreciação do risco<sup>24|25</sup>.

O questionário integra uma das formas de declaração inicial do risco por parte do candidato a tomador do seguro, visando, por parte do segurador, a ponderação dos riscos a que este estará sujeito com a celebração do contrato de seguro que lhe é proposto. O questionário é, assim, “(...) uma forma da declaração inicial do risco pelo candidato tomador do seguro ou pessoa segura, em ordem a permitir à seguradora uma ponderação dos riscos que vai assumir com a celebração do contrato<sup>26</sup> (...)”.

Esta forma de declaração inicial do risco “(...) traduz-se numa facilitação concedida pelo segurador ao segurado através do qual lhe indica as circunstâncias concretas em que se baseia para assumir o risco.”<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> JOANA GALVÃO TELES, “Deveres de informação...”, ob. cit., p. 369.

<sup>25</sup> Ac. do TRE de 23.11.2017, Proc. n.º 409/14.2TBPTM.E1 (Relator: TOMÉ DE CARVALHO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>26</sup> Ac. do TRE de 20.12.2018, Proc. n.º 390/14.8TBBNV.E1 (Relator: MARIA DOMINGAS SIMÕES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>27</sup> Ac. do TRC de 13.09.2016, Proc. n.º 51/14.8TBAGN.C1 (Relator: FONTE RAMOS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

---

No nosso ordenamento jurídico vigora o sistema do questionário aberto, desde logo pela conjugação do disposto no número 1 com o número 2 do artigo 24.º da LCS<sup>28</sup>, elaborado pelo segurador e fornecido ao tomador do seguro ou ao segurado, tendo como finalidade facilitar o apuramento de informações relevantes para a apreciação do risco pelo segurador.<sup>29|30</sup>

Parece-nos que dúvidas não restam de que estamos perante um sistema em que está em causa um dever do tomador do seguro ou segurado. O tomador do seguro ou segurado tem o dever de fazer conhecer ao segurador, de forma espontânea, clara e completa, tudo aquilo que considere relevante para avaliação do risco, ainda que não lhe sejam colocadas concretas questões, ficando sujeito às consequências do seu incumprimento.

Pelo que, tal dever está a cargo do tomador do seguro ou segurado, até independentemente de haver questionário, colocando a hipótese de este nem tão pouco existir, é o que resulta da leitura da lei, no seu número 2 do artigo 24.º da LCS, quando refere “...em questionário eventualmente<sup>31</sup> fornecido pelo segurado...”.

---

<sup>28</sup> ANTÓNIO SANTOS ABRANDES GERALDES, O novo regime do contrato de seguro – antigas e novas questões, 2010, disponível em [www.trf.mj.pt/PDF/REGIME.pdf](http://www.trf.mj.pt/PDF/REGIME.pdf)

<sup>29</sup> Ac. do TRP de 28.03.2017, Proc. n.º 772/13.2T2ETR.P1 (Relator: ANA LUCINDA CABRAL), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>30</sup> Por seu turno, no sistema de questionário fechado, ao segurador cabe o dever de elaborar um questionário rigoroso, claro e completo, de forma a que o tomador do seguro ou segurado possa responder de igual forma, declarando as circunstâncias relevantes para a análise do risco por parte do segurador. Até porque, caso o segurador apresente um questionário incompleto ou pouco claro, quem suporta as desvantagens do incumprimento é o segurador, vendo-se privado de invocar o facto de o tomador do seguro ou segurado não ter declarado o risco. Cfr. JOANA GALVÃO TELES, “Deveres de informação...”, ob. cit., p. 374.

Ora, o tomador do seguro apenas está obrigado a prestar a informação que lhe é solicitada pelo segurador por via do questionário que é apresentado ao tomador do seguro ou segurado. Veja-se que perante um sistema de questionário fechado, não estaria o segurador vinculado à obrigação de informação, resultante do n.º 4 do artigo 24.º da LCS, na medida em que o tomador do seguro ou segurado apenas e só teria de se limitar a preencher o questionário facultado pelo segurador. Este é o sistema adotado em ordenamentos jurídicos como Espanha, França, Finlândia e Suíça.

<sup>31</sup> Sublinhado nosso.

---

Ora, no que diz respeito a tal dever de dar a conhecer ao segurador os factos relevantes, imposto pela lei, resulta do facto de que muitos desses factos se encontram no exclusivo conhecimento do tomador do seguro ou segurado, sendo de outra forma impossível àquele obter os factos necessários para o cálculo do risco que irá assumir<sup>32</sup>.

## 1.2 DA NECESSIDADE DA DEMILITAÇÃO DO DEVER

O artigo 24.º da LCS não nos parece claro quanto à amplitude do dever a cargo do tomador do seguro ou segurado, daí que a doutrina tem defendido a necessidade da criação de limites, de forma a encontrar um equilíbrio, assente, desde logo no conceito da declaração inicial do risco, caracterizando-se, esta, como um dever pré-contratual com base no princípio da boa fé, na divisão de tarefas entre as partes do contrato, o segurador e o tomador do seguro ou segurado.

Como refere JÚLIO GOMES, “foi-se ganhando consciência, gradualmente, que um ordenamento não pode requerer ao tomador do seguro que declare toda as circunstâncias atinentes ao risco, o que representa não só um objetivo inatingível para o leigo, como um obstáculo à própria atividade seguradora”, por isso, pode dizer-se que “(...) se procede hoje (...) a uma divisão de tarefas entre as partes do contrato na determinação do risco contratual”<sup>33</sup>

Assim, o dever respeita apenas a factos e circunstâncias conhecidos pelo tomador do seguro ou do segurado, ao invés da exigência de declaração de factos ou circunstâncias que não sejam do seu conhecimento.

O Autor entende que a obrigação de declaração por parte do tomador do seguro ou segurado inclui apenas as circunstâncias do seu conhecimento e já não as cognoscíveis, isto é, aquelas que ele poderia ou até deveria conhecer<sup>34</sup>.

Assim, não é razoável exigir ao tomador do seguro ou segurado que analise e pesquise os aspetos que possam ser relevantes para a apreciação do risco por parte

---

<sup>32</sup> JORGE FERREIRA SINDE MONTEIRO, Responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações, Almedina, Coimbra, 1989, pp. 356-357.

<sup>33</sup> JÚLIO GOMES, “O dever de informação do tomador do seguro...”, ob. cit., p. 88

<sup>34</sup> JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a) tomador...”, ob. cit., p. 405.



---

do segurador, assim como não é razoável exigir ao tomador do seguro ou segurado a pesquisa sobre novos factos. No entanto, e no entendimento de JOANA GALVÃO TELES, é um dever do tomador do seguro ou do segurado o dever de diligência na invocação dos factos que estejam relacionados com o risco a cobrir, influenciando na apreciação do mesmo.<sup>35</sup>

### 1.3 DOS LIMITES À APLICAÇÃO DO DEVER

O n.º 3 do artigo 24.º da LCS estabelece limites ao dever do tomador do seguro ou do segurado, que são, também, ónus do segurador, de acordo com a já referida ideia de repartição de tarefas.

De forma a equilibrar ambas as posições contratuais quer do tomador do seguro ou do segurado, quer do segurador, o n.º 3 da referida norma elenca ónus a cargo do segurador, entre os quais: a existir questionário, o segurador deverá redigi-lo de forma clara e perceptível para que o tomador do seguro ou do segurado possa responder com exatidão e clareza; o segurador deverá revê-lo antes da celebração do contrato, de forma a detetar erros, imprecisões, incoerências ou contradições a tempo de solicitar ao tomador do seguro ou ao segurado que resposta a todas as questões com clareza; e, o segurador deverá ter em conta as circunstâncias públicas e notórias. Com efeito, existindo questionário, o segurador tem o dever de atuar com zelo, com o conhecimento especializado que é exigido a um profissional na área, estando obrigado a redigir, rever e controlar o questionário, bem como o seu correto preenchimento por parte do tomador do seguro ou do segurado de forma prudente.

Assim, o segurador que aceitou a celebração do contrato após a análise das informações previstas no questionário, tendo por certo que, para a celebração do mesmo, entendeu que tais informações seriam suficientes e claras e, por seu turno, os factos que não tenham sido referidos, não foram considerados pelo segurador

---

<sup>35</sup> JOANA GALVÃO TELES, “Deveres de informação...”, ob. cit., p. 371.

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

para a avaliação do risco. Pelo que, nesta sede, não pode o segurador vir a fazer-se valer da existência de inexatidões ou omissões após a celebração do contrato<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> ARNALDO COSTA OLIVEIRA, *in* Lei do Contrato de Seguro – Anotada, PEDRO ROMANO MARTINEZ e outros, 2ª Edição, Almedina, 2011, p. 136

---

## **CAPÍTULO IV – DO INCUMPRIMENTO DOS DEVERES INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL<sup>37</sup>**

Os artigos 25.º e 26.º da LCS regulam as situações em que o tomador do seguro ou segurado não forneceram as informações necessárias ao segurador, induzindo este em erro, incorrendo em incumprimento do seu dever de declaração inicial do risco. Ou seja, regulam as situações em que o contrato de seguro tenha sido celebrado com violação do dever pré-contratual de declaração inicial do risco por parte do tomador do seguro ou do segurado.

Resultando, assim, do artigo 25.º da LCS o regime aplicável ao incumprimento doloso deste dever e do artigo 26.º da referida lei, as consequências relativas ao incumprimento negligente.

---

<sup>37</sup> A maioria dos ordenamentos jurídicos europeus preveem a invalidade do contrato de seguro com base na prestação de declarações inexatas ou reticentes com dolo ou culpa grave por parte do tomador do seguro. Veja-se, por exemplo, que o ordenamento jurídico espanhol, no artigo 10.º da Ley 50/1980, de 8 de outubro, consagra o dever de declaração inicial do risco, estipulando que o tomador do seguro tem o dever, antes da conclusão do contrato, de declarar ao segurador, de acordo com o questionário que este lhe submeta, todas as circunstâncias por ele conhecidas que possam influir na avaliação do risco. Por seu turno, o tomador ficará dispensado de tal dever se o segurador não lhe submeter o questionário ou, caso o submeta, se se tratarem de circunstâncias que possam influir na avaliação do risco, mas que não estejam nesse questionário contempladas. – Cfr. PEDRO RUBIO VICENTE, “El Deber Precontractual de Declaración del Riesgo en el Contrato de Seguro”, Editorial Mapfre, Madrid, 2003, p. 93.

A mencionada lei adotou o sistema de resposta a questionário fechado apresentado pelo segurador. Pelo que, o tomador do seguro ou o segurado tem um mero dever de resposta, e não um dever espontâneo de informação.

A declaração tornará o contrato ineficaz com efeito a partir da data da declaração ou de data posterior indicada pelo segurador, ficando este exonerado da sua prestação. Ocorrendo o sinistro antes da declaração, se houver dolo ou culpa grave do tomador do seguro, o segurador não terá o dever de pagar a indemnização; não havendo dolo ou culpa grave daquele, o segurador terá de pagar o montante relativo à redução em proporção da diferença entre o prémio acordado no contrato e o prémio que seria exigível se a realidade do risco tivesse sido conhecida. – Cfr. FERNANDO SÁNCHEZ CALERO, “Artículo 10. Deber de declaración del riesgo”, in Ley de Contrato de Seguro: Comentarios a la Ley 50/1980, de 8 de Octubre, y a sus Modificaciones, 3.ª ed., Editorial Aranzadi, Cizur Menor, 2005, p. 230.

Posto isto, a consequência da violação do dever de declaração inicial do risco dependerá do momento da sua manifestação e da gravidade da mesma.

---

## 1. DO INCUMPRIMENTO DOLOSO PREVISTO NO ARTIGO 25.º DA LCS

Reforçando a ideia já referida em momento próprio, a inobservância do dever a cargo do tomador do seguro ou do segurado em declarar todas as circunstâncias que conheça e que razoavelmente tenha por significativas para a apreciação do risco por parte do segurador, implica consequências.

O tomador do seguro ou segurado que omita determinada informação suscetível de influenciar a apreciação do risco pelo segurador, acarretará consequências, desde logo aquando da verificação do incumprimento doloso por parte do tomador do seguro ou do segurado, sendo o contrato de seguro anulável, e não nulo, mediante declaração escrita a enviar pelo segurador ao tomador do seguro ou segurado.

PEDRO ROMANO MARTINEZ<sup>38</sup> distingue dolo enquanto modalidade de culpa e dolo enquanto vício da vontade. Enquanto que o dolo como modalidade de culpa constitui um elemento subjetivo de uma ação ou omissão que tem que ver com o juízo feito pelo agente em determinada atuação, o dolo enquanto vício da vontade, por seu turno, corresponde a “uma ação que, necessariamente, é acompanhada do elemento subjetivo dolo”<sup>39</sup> definido no n.º 1 do artigo 253.º do Código Civil. “Como é sabido, e tem sido posto em relevo pela doutrina, o dolo é uma espécie agravada de erro, é um erro provocado, de tal modo que, como salientou o Prof. Menezes Cordeiro, citando Castro Mendes, «a relevância do dolo depende duma dupla causalidade: é preciso que o dolo seja determinante do erro e o erro determinante do negócio.”<sup>40</sup>

O artigo 25.º da LCS aplica-se aos contratos de seguro celebrados em que tenha havido violação dolosa do dever de declaração inicial do risco por parte do tomador do seguro ou segurado. O dolo a que se refere este artigo corresponde ao dolo

---

<sup>38</sup> PEDRO ROMANO MARTINEZ, “Lei do Contrato de Seguro...”, ob. cit., pp. 153 a 155.

<sup>39</sup> JOANA GALVÃO TELES, “Deveres de informação...”, ob. cit., p. 382.

<sup>40</sup> Ac. do TRL de 22.11.2018, Proc. n.º 1295/17.6T8MMN.L1-8 (Relator: TERESA PRAZERES PAIS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

---

enquanto vício da vontade, nos termos e para os efeitos do já referido artigo 253.º do Código Civil.

Por outro lado, a aplicabilidade do regime do artigo 25.º da LCS depende da verificação de pressupostos, designadamente se o dolo não for a causa do erro, é aplicável o regime do erro simples, que não é afetada à validade do contrato e, por isso, é afastada a aplicação do regime previsto no artigo 25.º da LCS; e, se o erro não for essencial, isto é, se o segurador tiver contratado com o tomador do seguro ou segurado mesmo tendo conhecimento do erro, a aplicação do regime do artigo 25.º da LCS também é afastada, sendo o contrato válido.<sup>41</sup>

Resulta da parte final do n.º 1 do artigo 25.º da LCS a consequência da existência de omissões ou inexatidões dolosas por parte do tomador do seguro ou segurado, a anulabilidade do contrato. Ora, o regime da anulabilidade em geral está previsto nos artigos 285.º e seguintes do Código Civil, no entanto, o artigo 25.º da LCS regula aspetos da anulabilidade de forma especial, tratando-se de uma anulabilidade *sui generis*<sup>42</sup>. Desde logo porque se distancia do regime geral no que concerne aos artigos 287.º e 291.º do Código Civil.

Assim, a anulação a que se refere o artigo 25.º da LCS é efetuada, como já aqui se disse, mediante o envio de uma declaração escrita por parte do segurador ao tomador do seguro ou segurado. Quanto ao prazo para anulação do contrato de seguro também este se distancia do regime comum, sendo este de três meses a contar do conhecimento do incumprimento.

Além disso, prevê o n.º 4 do artigo 25.º da LCS que o segurador tem o direito ao valor do prémio devido até ao final do prazo para a anulação do contrato de seguro, exceto nos casos em que o segurador tenha agido com dolo ou negligência grosseira, sendo, à luz do n.º 5 deste artigo, o prémio devido até ao termo do contrato em caso de dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem.

Em resumo, quando o tomador do seguro ou segurado, dolosamente, omita informações que possam influenciar na apreciação do risco por parte do segurador,

---

<sup>41</sup> Comentários complementares de Pedro Romano Martinez, “Lei do Contrato de Seguro...”, ob. cit., 154-157.

<sup>42</sup> ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, Direito dos Seguros, Almedina, Coimbra, 2013, ob. cit., p. 584.

---

ficará aquele obrigado a pagar a este os prémios até três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento, conforme previsto no n.º 2 do artigo 25.º da LCS. Tal obrigação cessa quando o segurador ou seu representante atue com dolo ou negligência grosseira, na medida em que, a ser assim, o tomador do seguro ou segurado estará desobrigado do pagamento dos prémios após a anulação do contrato de seguro. Nos casos em que haja dolo do tomador do seguro ou do segurado com o intuito de obter uma vantagem serão devidos os prémios até ao termo do contrato.

O problema surge quando o sinistro já tenha tido lugar e o segurador só toma conhecimento do incumprimento após a ocorrência do sinistro ou o mesmo se tenha verificado antes do seu conhecimento.

A este propósito, refere o n.º 3 do artigo 25.º da LCS que o “segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade”. Nestes casos, o legislador remete-nos para o regime geral da anulabilidade, prevista nos artigos 287.º e seguintes do Código Civil.

Pensamos que se mantém o regime do n.º 1 e 2.º do artigo 25º da LCS mesmo que o segurador só tenha conhecimento do incumprimento simultaneamente ou após a ocorrência do sinistro, tendo em conta conteúdo do n.º 1 do artigo 25.º, na medida em que o legislador refere que a anulação é feita “mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro”, não resultando a ocorrência ou não de sinistro.<sup>43</sup>

Sustenta ARNALDO DA COSTA OLIVEIRA<sup>44</sup>, e pela necessidade de recorrer a uma interpretação teleológica do preceituado no n.º 3 do artigo 25.º da LCS, a remissão para o regime geral da anulabilidade não afeta o regime especial da anulabilidade prevista no artigo 25.º nos seus n.ºs 1 e 2, ao invés, justifica-se

---

<sup>43</sup> ARNALDO DA COSTA OLIVEIRA, ob. cit., p. 125 e 126. JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a)...”, ob. cit., p. 423.

<sup>44</sup> ARNALDO DA COSTA OLIVEIRA, LEI DO CONTRATO DE SEGURO..., ob. cit., p. 158.

---

como uma forma de reforçar a aplicação da obrigatoriedade de restituição, no caso de anulação do contrato de seguro, de tudo quanto tenha sido prestado<sup>45</sup>.

No que diz respeito ao prazo para anulação do contrato de seguro, a problemática assenta na questão de se saber se é aplicável o prazo de três meses previsto no n.º 2 do artigo 25.º da LCS, ou, pelo contrário, se é aplicável o prazo geral de um ano previsto no artigo 287.º do Código Civil. Embora o n.º 3 do artigo 25.º da LCS nos leve ao regime geral da anulabilidade, somos da opinião de que o n.º 2 do artigo 25.º da LCS afasta a aplicação do prazo geral de um ano do artigo 287.º, seguindo o prazo especial de três meses que o segurador dispõe, a contar do conhecimento do vício para anular o contrato de seguro.

Entendemos, em suma, que tal remissão não afasta o regime especial da anulabilidade, aplicando-se o regime geral da anulabilidade do Código Civil em tudo quanto não se encontre especificadamente regulado no artigo 25.º da LCS.

No que respeita aos efeitos da anulação do contrato de seguro, nos n.ºs 4 e 5 do artigo 25.º da LCS, o legislador teve a preocupação de sancionar o tomador do seguro ou segurado, na medida em que estes preveem o direito do segurador ao prémio devido até ao final do prazo de três meses ou até ao termo do contrato caso tenha ocorrido dolo qualificado por parte do tomador do seguro ou segurado.

JOANA GALVÃO TELES<sup>46</sup> entende que o teor destes números possam ser vistos como uma indemnização pré-fixada pela violação dos deveres pré-contratuais a cargo do tomador do seguro ou segurado.

Ora, nos termos do n.º 4 do artigo 25.º da LCS, que se refere aos casos em que haja apenas dolo simples por parte do tomador do seguro ou segurado, o segurador não terá direito ao prémio devido até ao final do prazo a que se refere o n.º 2 do artigo 25.º da LCS quando tenha ocorrido dolo ou negligência grosseira por parte do segurador ou do seu representante. Assim, leva-nos a concluir que, existindo dolo qualificado por parte do tomador do seguro ou do segurado, nos termos do n.º

---

<sup>45</sup> Cfr. artigo 289.º do Código Civil.

<sup>46</sup> JOANA GALVÃO TELES, “Deveres de informação...”, ob. cit., p. 384.

---

5, este terá de pagar o prémio até ao termo do contrato, ainda que, por parte do segurador, tenha ocorrido dolo.

Em conclusão, entendemos que existe um favorecimento do segurador, à luz do artigo 25.º da LCS, gerando um claro desequilíbrio entre ambas as partes, devendo-se ter a preocupação de, existindo dolo qualificado de ambas as partes, embora o negócio se mantenha anulável<sup>47</sup>, não haverá lugar à indemnização estabelecida como sanção para o tomador do seguro ou do segurado<sup>48</sup>.

## 2. DO INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE PREVISTO NO ARTIGO 25.º DA LCS

Cumpre, agora, falarmos de omissões ou inexatidões negligentes, cuja verificação nos levará ao regime previsto no artigo 26.º da LCS.

O regime anterior encontrava-se regulado no artigo 429.º do Código Comercial, cuja sanção assentava na nulidade, verificado o incumprimento do dever de declaração inicial do risco, sem distinguir entre dolo e negligência.

Ora, no seguimento das discussões doutrinárias e jurisprudenciais em torno deste artigo 429.º do Código Comercial, o legislador procurou estabelecer, no artigo 26.º da LCS, a validade do contrato e a consagração do direito potestativo de alteração ou cessação do contrato por parte do segurador, ao invés da invalidade do contrato de seguro celebrado com omissões ou inexatidões negligentes<sup>49</sup>.

O legislador, nesta sede, procurou distinguir os casos em que o tomador do seguro ou segurado tivesse agido com dolo, em que o tomador do seguro ou segurado teve consciência da violação do dever de declaração inicial do risco e, por consequência, a indução em erro por parte do segurador, dos casos em que o tomador do seguro ou segurado tivesse agido com negligência, que se traduz numa atuação menos gravosa, na medida em que o tomador do seguro ou segurado não respeitou as regras de inobservância dos deveres de cuidado.

---

<sup>47</sup> Cfr. artigo 254.º, n.º 1 do Código Civil.

<sup>48</sup> Cfr. JOANA GALVÃO TELES, “Deveres de informação...”, ob. cit., p. 385

<sup>49</sup> Neste sentido, JOANA GALVÃO TELES, “Deveres de informação...” ob. cit., p. 385.



Daí a necessidade da consagração de um regime menos penoso para as omissões ou inexatidões negligentes, na medida em que o regime da anulabilidade seria excessivamente desfavorável ao tomador do seguro ou segurado<sup>50</sup>.

O segurador, confrontado com uma omissão ou inexatidão negligente por parte do tomador do seguro ou segurado, poderá optar por propor uma alteração do contrato de seguro ou fazê-lo cessar.

Em ambos os casos, o segurador deverá comunicar a sua pretensão, através de declaração a enviar, ao tomador do seguro ou segurado, dispondo de três meses para o efeito, a contar do seu conhecimento, possuindo a faculdade de propor uma alteração do contrato, fixando um prazo não inferior a 14 dias para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta, ou fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexatamente.

Caso as partes não acordem na alteração do contrato, ou porque o tomador do seguro ou segurado não aceita as alterações propostas pelo segurador, ou o segurador na contraproposta, seja pelo facto de não ter respondido à mesma, o contrato de seguro cessa vinte dias após a receção pelo tomador da proposta efetuada pelo segurador, nos termos no n.º 2 do artigo 26.º da LCS. Neste caso, havendo cessação do contrato de seguro, o prémio é devolvido *pro rata temporis*<sup>51</sup> atendendo à cobertura havida, conforme o preceituado no n.º 3 do artigo 26.º da LCS. Isto é, implica a devolução do prémio ao tomador do seguro ou segurado na medida proporcional à cobertura que se tiver verificado até ao momento da cessação.

Por seu turno, caso o segurador opte pela cessação do contrato de seguro, desde que demonstre que, se tivesse conhecimento das circunstâncias omitidas ou inexatamente transmitidas, não teria celebrado o contrato, este cessará os seus efeitos trinta dias após o envio ao tomador da declaração de cessação por parte do segurador.

---

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 386.

<sup>51</sup> Este é calculado em função do tempo decorrido.

---

Nos casos em que o sinistro ocorra antes da cessação ou alteração do contrato, o n.º 4 do artigo 26.º da LCS, prevê as formas de atuação por parte do segurador, quando tenha ocorrido um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes.

Nesta sede, o legislador procurou, e muito bem, introduzir a exigência de um nexo de causalidade entre as circunstâncias negligentemente omitidas ou transmitidas de forma inexata e a ocorrência do sinistro<sup>52</sup>, de forma a consubstanciar requisito para a aplicação do regime previsto no n.º 4 do artigo 26.º da LCS. Estamos diante situações em que o tomador do seguro ou segurado age de forma negligente, sem o intuito de induzir o segurador em erro, o que não acontece nos casos em que o tomador do seguro ou segurado age com dolo.

Quanto a este ponto, parece-nos uma solução legislativa a qual cremos ser merecedora de aplauso, já que, e no seguimento daquilo que já se disse, o RJCS contém disposições de claro favorecimento ao segurador, colocando, por consequência, o tomador do seguro ou segurado numa posição mais frágil.

Portanto, sublinhamos que, nos casos em que antes da cessação do contrato de seguro ocorra um sinistro, o segurador deverá cobrir o sinistro na proporção da diferença do prémio pago e o prémio devido caso tivesse conhecimento das omissões ou inexatidões negligentes, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 26.º da LCS, ou, como também já vimos, poderá o segurador eximir-se da cobertura do sinistro, quando demonstre que não teria celebrado o contrato, se tivesse conhecimento das circunstâncias omitidas ou inexatamente transmitidas, nos termos da alínea b) do n.º 4 do referido artigo, recaindo sobre este o ónus da prova<sup>53|54</sup>.

---

<sup>52</sup> JOANA GALVÃO TELES, “Deveres de informação...”, ob. cit., p. 387.

<sup>53</sup> Ac. do TRL de 11.10.2018, Proc. n.º 3797/17.5T8LSB.L1-6 (Relator: ANTÓNIO SANTOS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>54</sup> Ac. do TRP de 27.01.2015, Proc. n.º 184/12.5TBVFR.P1 (Relator: MARIA AMÁLIA SANTOS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

---

## **CONCLUSÕES**

Aqui chegados, e esperando ter dado o nosso contributo com a presente investigação, cumpre tecer algumas considerações devidas.

De facto, impunha-se a aprovação de um novo regime, o RJCS, na medida em que o regime anteriormente vigente há muito que se encontrava obsoleto, não se vislumbrando a sua subsistência. Pelo que começamos por aplaudir as inovações legislativas do novo RJCS, permitindo esclarecer algumas dúvidas suscitadas no anterior regime.

Procurámos, ao longo da presente dissertação, analisar as alterações com a aprovação do RJCS, designadamente no que diz respeito ao dever de informação pré-contratual do tomador do seguro ou segurado nas negociações conducentes à celebração do contrato de seguro.

De forma a reduzir as incertezas jurídicas trazidas pelo artigo 429.º do Código Comercial, o artigo 24.º da LCS, no que respeita ao dever pré-contratual de declaração inicial do risco a cargo do tomador do seguro ou segurado, instituiu o sistema de questionário aberto por parte do tomador do seguro ou segurado, introduzindo exigências ao segurador no que se refere o n.º 4 do artigo referido artigo, desde logo ao dever de esclarecer o tomador do seguro ou segurado e das consequências do seu incumprimento. A ser assim, o tomador do seguro ou segurado não poderá exigir uma indemnização ao segurador com base na violação do dever estatuído no n.º 4 do artigo 24.º da LCS quando aquele incumpriu o seu dever pré-contratual com dolo. Só poderá responsabilizar o segurador com o fundamento no incumprimento negligente, na medida em que o tomador do seguro ou segurado teria cumprido o seu dever caso tivesse sido esclarecido previamente pelo segurador.

O n.º 3 do artigo 24.º da LCS regula os limites ao dever do tomador do seguro ou segurado em que não permite ao segurador invocar o incumprimento do dever

pré-contratual do tomador do seguro ou segurado quando aquele, como profissional especializado que é, e tendo o dever de atuar com diligência, de rever e controlar o questionário e o seu preenchimento por parte do tomador do seguro ou segurado, não o fez.

No entanto, quando exista dolo especialmente grave por parte do tomador do seguro ou segurado, o legislador entende que existe um nível de gravidade superior da conduta deste, na medida em que o tomador do seguro ou segurado teve a intenção de se favorecer injustificadamente, induzindo o segurador em erro.

Naquilo a que se refere o incumprimento negligente, o segurador poderá escolher pela alteração do contrato ou pela sua cessação. O n.º 4 do artigo 26.º da LCS institui quem tem de existir um nexo causal entre as circunstâncias negligentemente omitidas ou transmitidas de forma inexata e a ocorrência do sinistro. Quanto a este ponto, reforçamos apenas a ideia de que estamos perante situações em que o tomador do seguro ou segurado age de forma negligente, sem o intuito de enganar o segurador, não acontecendo o mesmo nos casos em que o tomador do seguro ou segurado age dolosamente.

Ora, sem prejuízo das alterações que se verificadas com a aprovação do RJCS, deparamo-nos com uma proteção reveladora do segurador, colocando em causa o desígnio deste contrato. Não se trata de, por seu turno, defender uma conduta desconforme com as regras da boa-fé do tomador do seguro ou do segurado nos casos em que atua de forma dolosa ou até com o intuito de obter para si uma vantagem. Trata-se do dever que se impõe, no futuro, de proteger mais a parte contratual mais débil - o tomador do seguro ou segurado - pelas suas condutas negligentes, cuja censura jurídica é menos gravosa.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **OBRAS**

**ALMEIDA, Carlos Ferreira de,**

– Contratos, vol. I, 4.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2008.

**ANTUNES, José A. Engrácia,**

– O Contrato de Seguro na LCS de 2008, Revista da Ordem dos Advogados, ano 69, 2009

**CALERO, Fernando Sánchez,**

– Artículo 10. Deber de declaración del riesgo, in Ley de Contrato de Seguro: Comentarios a la Ley 50/1980, de 8 de Octubre, y a sus Modificaciones, 3.<sup>a</sup> ed., Editorial Aranzadi, Cizur Menor, 2005.

**CORDEIRO, António Menezes,**

– Direito dos Seguros, Almedina, Coimbra, 2013.

**GERALDES, António Santos Abrantes,**

– O novo regime do contrato de seguro – antigas e novas questões, 2010, disponível em [www.trl.mj.pt/PDF/REGIME.pdf](http://www.trl.mj.pt/PDF/REGIME.pdf), consultado em 30.08.2017.

**GOMES, Júlio,**

– O dever de informação do tomador do seguro na fase pré-contratual, in II Congresso Nacional de Direito dos Seguros, Memórias, Coord. de António Moreira e M. Costa Martins, Almedina, Coimbra, 2001.

– “O dever de informação do (candidato a) tomador do seguro na fase pré contratual, à luz do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril”, in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida, vol. II, Almedina, Coimbra, 2011.

**MARTINEZ, Pedro Romano; TORRES, Leonor Cunha; OLIVEIRA, Arnaldo da Costa; RIBEIRO, Maria Eduarda; MORGADO, José Pereira; VASQUES, José; e BRITO, José Alves de,**

– Lei do Contrato de Seguro – Anotada, 3.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2016.

**MARTINEZ, Pedro,**

– O Seguro De Transportes Marítimos e Terrestres, Separata do Livro, Teoria e Prática dos Seguros, 2.<sup>a</sup> edição, Bertrand, Lisboa, 1964.

**MARTINS, Costa,**

– Considerações sobre a “fraude” em seguros, *I Congresso Nacional de Direito dos Seguros*, Memórias, Coord. de António Moreira e M. Costa Martins, Almedina, Coimbra, 2000.

**MONTEIRO, Jorge Ferreira Sinde,**

– Responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações, Almedina, Coimbra, 1989.

**POÇAS, Luís,**

– O Dever de Declaração Inicial do Risco no Contrato de Seguro, Almedina, Coimbra, 2013.

**REGO, Margarida Lima,**

– Contrato de Seguro e Terceiros – Estudo de Direito Civil, Coimbra Editora, Coimbra, 2010.

**TELES, Joana Galvão,**

– Deveres de informação das partes, *in* Temas de Direito dos Seguros: a propósito da nova lei do contrato de seguro, Almedina, 2012

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

**TORRES, Arnaldo Pinheiro,**

– Ensaio sobre o Contrato de Seguro, Tipografia Sequeira, Porto, 1939.

**VASQUES, José,**

– Contrato de Seguro –, Coimbra Editora, 2005.

**VICENTE, Pedro Rubio,**

– El Deber Precontractual de Declaración del Riesgo en el Contrato de Seguro, Editorial Mapfre, Madrid, 2003.

---

**JURISPRUDÊNCIA**

**SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Ac. STJ, de 24 de abril de 2007, Proc. n.º 07S851, (Relator: SILVA SALAZAR), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 27 de maio de 2008, Proc. n.º 08A1373, (Relator: MOREIRA CAMILO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 21 de outubro de 2008, Proc. n.º 08A2712, (Relator: MÁRIO CRUZ), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 02 de dezembro de 2008, Proc. n.º 08A3737, (Relator: SEBASTIÃO PÓVOAS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 18 de dezembro de 2008, Proc. n.º 08B3307, (Relator: BETTENCOURT DE FARIA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 22 de outubro de 2009, Proc. n.º 1146/05.3TBABF.S1, (Relator: SERRA BAPTISTA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 08 de junho de 2010, Proc. n.º 90/2002.G1.S1, (Relator: BARRETO NUNES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 09 de setembro de 2010, Proc. n.º 3139/06.5TBBCL.G1.S1, (Relator: OLIVEIRA VASCONCELOS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 31 de maio de 2011, Proc. n.º 2693/07.9TBMETS.P1.S1, (Relator: MOREIRA ALVES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)



**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

Ac. STJ, de 06 de julho de 2011, Proc. n.º 2617/03.2TBAVR.C1.S1, (Relator: ALVES VELHO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 11 de setembro de 2012, Proc. n.º 2083/07.3TBCLD.L1.S1, (Relator: NUNO CAMEIRA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 06 de dezembro de 2012, Proc. n.º 64/09.TBSJM.P1.S1, (Relator: ABRANTES GERALDES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 02 de dezembro de 2013, Proc. n.º 2199/10.9TVLSB.L1.S1, (Relator: ALVES COELHO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 26 de janeiro de 2017, Proc. n.º 1937/11.7TBBNV.E1.S1, (Relator: LOPES DO REGO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 02 de fevereiro de 2017, Proc. n.º 349/14.5TBMTA.L1.S1, (Relator: LOPES DO REGO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 14 de março de 2017, Proc. n.º 3615/14.6TBCSC.L1.S1, (Relator: ERNESTO CALEJO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 12 de julho de 2018, Proc. n.º 3016/15.9T8CSC.L1.S1, (Relator: PAULO SÁ), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. STJ, de 08 de novembro de 2018, Proc. n.º 399/14.1TVLSB.L1.S1, (Relator: OLIVEIRA ABREU), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA**

Ac. TRC de 11 de fevereiro de 2014, Proc. n.º 1265/09.8TBFIG.C1 (Relator: JAIME CARLOS FERREIRA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRC de 24 de fevereiro de 2015, Proc. n.º 4/12.0TBC.C1 (Relator: ALEXANDRE REIS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRC de 03 de março de 2015, Proc. n.º 15/13.9TBSBG.C1 (Relator: HENRIQUE ANTUNES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRC de 26 de janeiro de 2016, Proc. n.º 4055/13.0TJCBR.C1 (Relator: CARLOS MOREIRA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRC de 14 de junho de 2016, Proc. n.º 1499/15.6T8PRT.C1 (Relator: CARLOS MOREIRA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRC de 13 de setembro de 2016, Proc. n.º 51/14.8TBAGN.C1 (Relator: FONTE RAMOS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA**

Ac. TRE, de 17 de março de 2011, Proc. n.º 14/09.5TBVVC.E1, (Relator: BERNARDO DOMINGOS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRE, de 22 de março de 2012, Proc. n.º 130/09.3TBETZ.E1, (Relator: RUI FRANCISCO MATOS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRE, de 29 de janeiro de 2015, Proc. n.º 5848/11.8TBSTB.E1, (Relator: ELISABETE VALENTE), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

Ac. TRE, de 26 de março de 2015, Proc. n.º 6289/06.4TBSTB.E2, (Relator: ANTÓNIO RIBEIRO CARDOSO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRE, de 26 de março de 2015, Proc. n.º 1645/13.4TBSTB.E1, (Relator: RUI MOURA E MACHADO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRE, de 05 de maio de 2016, Proc. n.º 1937/11.7TBBNV.E1, (Relator: ASSUNÇÃO RAIMUNDO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRE, de 23 de novembro de 2017, Proc. n.º 409/14.2TBPTM.E1, (Relator: TOMÉ DE CARVALHO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRE, de 21 de dezembro de 2017, Proc. n.º 7951/15.6T8STB.E1, (Relator: JAIME PESTANA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRE, de 18 de outubro de 2018, Proc. n.º 2369/16.6T8STR.E1, (Relator: ELISABETE VALENTE), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES**

Ac. TRG, de 04 de abril de 2019, Proc. n.º 6748/17.3T8VNF.G1, (Relator: FERNANDA PROENÇA FERNANDES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**

Ac. TRL, de 22 de novembro de 2018, Proc. n.º 1295/17.6T8MMN.L1-8, (Relator: TERESA PRAZERES PAIS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRL, de 11 de outubro de 2018, Proc. n.º 3797/17.5T8LSB.L1-6, (Relator: ANTÓNIO SANTOS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRL, de 12 de julho de 2018, Proc. n.º 2619/11.5TBMTJ.L1-1, (Relator: MANUEL MARQUES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

Ac. TRL, de 20 de setembro de 2018, Proc. n.º 3070/16.6T8PDL.L1-6, (Relator: ANTÓNIO SANTOS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRL, de 19 de janeiro de 2017, Proc. n.º 2218-14.0TCLRS.L1-8, (Relator: ILÍDIO SACARRÃO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRL, de 07 de dezembro de 2016, Proc. n.º 459-13.6TBPCV.L1, (Relator: EDUARDO PETERSEN SILVA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRL, de 23 de outubro de 2014, Proc. n.º 9609/10.3TBCSC.L1-6, (Relator: TERESA PARDAL), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRL, de 29 de abril de 2014, Proc. n.º 1880/07.4TBCLD.L1-1, (Relator: AFONSO HENRIQUE CABRAL FERREIRA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRL, de 15 de dezembro, Proc. n.º 575/08.6TCFUN.L1-7, (Relator: MARIA JOÃO AREIAS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRL, de 23 de setembro de 2010, Proc. n.º 1295/04.6TBMFR-6, (Relator: MARIA JOÃO AREIAS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO**

Ac. TRP, de 10 de dezembro de 2009, Proc. n.º 976/06.4TBOAZ.P1, (Relator: TEIXEIRA RIBEIRO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRP, de 28 de janeiro de 2010, Proc. n.º 1407/06.5TBOAZ.P1, (Relator: MARIA CATARINA GONÇALVES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRP, de 10 de março de 2014, Proc. n.º 5602/11.7TBVFR.P1, (Relator: JOSÉ EUSÉBIO ALMEIDA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRP, de 27 de janeiro de 2015, Proc. n.º 184/12.5TBVFR.P1, (Relator: MARIA AMÁLIA SANTOS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

**OS DEVERES DE INFORMAÇÃO DO TOMADOR DO  
SEGURO OU SEGURADO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL**

Carolina Rodrigues Fontes

---

Ac. TRP, de 07 de abril de 2016, Proc. n.º 2795/14.5TBVFR.P1, (Relator: VEIRA E CUNHA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRP, de 28 de março de 2017, Proc. n.º 772/13.2T2ETR.P1, (Relator: ANA LUCINDA CABRAL), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRP, de 15 de novembro de 2018, Proc. n.º 12886/16.2T8PRT.P1, (Relator: RODRIGUES PIRES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. TRP, de 08 de março de 2019, Proc. n.º 376/14.2TVPRT.P1, (Relator: MADEIRA PINTO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)